

© 2015 Carlos Reis, Ana Luísa Vilela e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Título: O Mistério da Estrada de Sintra
Cartas ao *Diário de Notícias*

Autores: Eça de Queirós e Ramalho Ortigão

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Conceção gráfica: INCM

Capa: *Espaço Vibratório III*, 1999,
da autoria de Eduardo Nery,
tapeçaria em lã tecida pela Manufatura
de Tapeçarias de Portalegre;
400 cm × 640 cm.
Coleção da Câmara Municipal de Barcelos,
Sala Gótica.

Data de impressão: agosto de 2015

ISBN: 978-972-27-2352-7

Depósito legal: 384 657/14

Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós

Coordenador: Carlos Reis

Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós

Plano de edição

FICÇÃO

Não-póstumos

- * O Mistério da Estrada de Sintra
- O Crime do Padre Amaro (1.^a versão)
- * O Crime do Padre Amaro (2.^a e 3.^a versões)
- O Primo Basílio
- * O Mandarim
- A Relíquia
- Os Maias
- * Contos I

Semipóstumos e póstumos

- * A Correspondência de Fradique Mendes
- * A Ilustre Casa de Ramires
- A Cidade e as Serras
- * Contos II
- Lendas de Santos
- * A Capital!
- O Conde de Abranhos
- * Alves & C.^a
- A Tragédia da Rua das Flores

TEXTOS DE IMPRENSA

- Uma Campanha Alegre. De «As Farpas»
- * Textos de Imprensa I
- Textos de Imprensa II
- Textos de Imprensa III
- * Textos de Imprensa IV
- * Textos de Imprensa V
- * Textos de Imprensa VI

EPISTOLOGRAFIA

- * Cartas Públicas
- Cartas Privadas

NARRATIVAS DE VIAGENS

- O Egito e Outros Relatos

VÁRIA

- * Almanques e Outros Dispersos

TRADUÇÕES

- Philidor
- * As Minas de Salomão

- * Volumes publicados

EDIÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS DE EÇA DE QUEIRÓS

Ficção, Não-Póstumos

O Mistério
da Estrada de Sintra

Cartas ao *Diário de Notícias*

Edição de
Ana Luísa Vilela

Imprensa Nacional-Casa da Moeda
2015

Nota prefacial

A edição crítica d'O *Mistério da Estrada de Sintra* faculta aos estudiosos da obra de Eça de Queirós o contacto não apenas com um texto singular, mas também com todo um episódio literário e comunicacional extremamente interessante. Escrito em 1870 a quatro mãos, *O Mistério da Estrada de Sintra* constituiu, no seu tempo, uma aventura literária que causou perplexidade, na modorrenta vida cultural da Lisboa da segunda metade do século XIX. Para acentuar o espanto que este romance epistolar acabou por suscitar, levou-se a cabo a sua publicação naquele que era então um jornal de fundação recente, à procura de penetração em novas camadas de leitores; desse ponto de vista, o *Diário de Notícias*, dirigido por Eduardo Coelho, foi um título inovador no panorama da nossa imprensa e bem mereceu a atenção que sobre ele recaiu, ao dar publicidade a este mistério sob forma de cartas.

Para além disso — ou até em articulação com isso —, *O Mistério da Estrada de Sintra* é um exercício de construção de uma ficção que habilmente disfarça essa sua condição. Ou que joga, de forma deliberada e divertida, com as frágeis fronteiras da ficção e com dispositivos contratuais e discursivos que põem em causa a distinção entre mundo ficcional e mundo real. Era um jovem que andava pelos 25 anos quem participava naquele exercício, já então, como acontecera alguns anos antes com os folhetins da *Gazeta de Portugal*, com o claro propósito de introduzir uma vibrante nota de provocação nas rotinas culturais da burguesia lisboeta. Acompanhava Eça de Queirós, na composição do romance, Ramalho Ortigão, mais velho nove anos do que o amigo (e seu antigo professor, como se sabe), na que seria uma primeira colaboração entre ambos, aprofundada, no ano seguinte ao do aparecimento d'O *Mistério da Estrada de Sintra*, quando irromperam, na cena cultural portuguesa, *As Farpas*.

Logo depois da serialização de 1870 e nesse mesmo ano, este romance — em que parodicamente se cruzam o relato de mistério, a narrativa policial e a retórica do romance-folhetim — foi editado em livro, «liberto» dos estratagemas paraficcionais que em boa parte fazem dele uma obra peculiar. Bem mais tarde, em 1885, uma nova edição em livro é acompanhada por uma carta-prefácio, em que os dois autores, num tom não isento de melancolia, explicam as motivações que os levaram a escrever «um romance tremendo, buzinado à Baixa das alturas do *Diário de Notícias*». Trata-se agora de um texto que exhibe profundas diferenças relativamente aos dois de 1870.

De tudo isto e do mais que adiante se encontrará ocupa-se esta edição crítica. Preparada por Ana Luísa Vilela, ela resulta do labor metódico de quem há muito se vem competentemente debruçando sobre a obra queirosiana. Professora da Universidade de Évora, Ana Luísa Vilela é autora de uma extensa dissertação de mestrado sobre Ramalho Ortigão e de uma tese de doutoramento sobre *Os Maias*, publicada com o título *Poética do Corpo. Imaginário e representação física n'Os Maias de Eça de Queirós* (Lisboa, Edições Cosmos, 2012). Para além disso, são abundantes, no currículo de Ana Luísa Vilela, os contributos para o estudo de Eça de Queirós. Por todas estas razões, é esta uma edição que merece o crédito de ser subscrita por uma especialista com provas dadas no campo de estudos em apreço.

CARLOS REIS

Sumário

<i>Nota prefacial</i>	11
INTRODUÇÃO	15
1. QUE MISTÉRIO É ESTE?	15
2. A HISTÓRIA EDITORIAL DO TEXTO	17
3. AS QUESTÕES DA AUTORIA	62
4. OS ESTUDOS CRÍTICOS	73
5. A FILIAÇÃO GENOLÓGICA E PERIODOLÓGICA DO TEXTO	75
6. OS CRITÉRIOS DA PRESENTE EDIÇÃO CRÍTICA	85
TEXTO CRÍTICO	91
PREFÁCIO	93
EXPOSIÇÃO DO DOUTOR ***	97
INTERVENÇÃO DE Z.	145
DE F... AO MÉDICO	151
SEGUNDA CARTA DE Z.	177
NARRATIVA DO MASCARADO ALTO	183
AS REVELAÇÕES DE A. M. C.	283
À CONFISSÃO DELA	327
CONCLUEM AS REVELAÇÕES DE A. M. C.	379
À ÚLTIMA CARTA	391
<i>Notas bibliográficas</i>	393

INTRODUÇÃO

1. QUE MISTÉRIO É ESTE?

Em agosto de 1870, Eça de Queirós está em Leiria, aonde chegou, presumivelmente, há cerca de um mês, para tomar posse do cargo de administrador do concelho. Em brevíssima carta a Eduardo Coelho, diretor do *Diário de Notícias*, pede-lhe que lhe envie o mapa da guerra franco-prussiana, há pouco publicado no jornal — pois só os sucessos do conflito o distraem do seu exílio na província. O escritor, então com 25 anos incompletos, termina a sua carta com estas palavras enigmáticas: «E o nosso *Mistério?* Mistério!... É o caso de cantar como nas óperas cómicas de Scribe: *Quel est donc ce mystère?*» (Queirós, 1983: 57-58.)

Estas observações elípticas, notáveis de discrição, são geralmente tomadas como alusões ao folhetim *Um Mistério da Estrada de Sintra*, que ao tempo o periódico publicava e que, entretanto, Eça e Ramalho Ortigão iam escrevendo, um em Lisboa, o outro em Leiria. Assumiu o folhetim a forma de cartas relatando acontecimentos supostamente autênticos, como tal deliberadamente aceites pela direção do jornal, que assim colaborou ativamente na mistificação. O texto do romance foi sendo, pelo menos inicialmente, lido pelo público como uma narrativa noticiosa e factual, embora de recorte vincadamente folhetinesco — e publicado, aliás, no espaço reservado habitualmente ao folhetim. Operando num terreno ambíguo, insinuando e negando a sua própria ficcionalidade, o texto tratava de levar ao absurdo, ao mesmo tempo defraudando-as, as expectativas literárias (e jornalísticas) dos leitores do periódico.

Na carta de Eça, a evidente cumplicidade com o diretor do *Diário de Notícias* induz, na verdade, essas duas particularidades da obra: o secretismo das suas conceção, produção e publicação; e o seu caráter paródico, subtilmente insinuado pela sua associação à ópera cómica. E as mesmas sibilinas palavras — «Que mistério é este?» — bem podem continuar a servir de emblema às leituras, estudos e edições que, desde 1870, têm sido consagrados a uma das obras mais profundamente extraordinárias da literatura portuguesa.

O folhetim obteve enorme êxito. À publicação seriada no *Diário de Notícias* seguiu-se imediatamente a edição da obra em livro. Assim, Amina Di Munno (1992: 13) considera esta obra uma das «mais estritamente e paradigmaticamente relacionadas com a prática do jornalismo crítico e o vínculo de Eça de Queirós com a imprensa», destacando a função do jornal enquanto promotor do livro. Carlos Reis (1999: 168) define-a como «uma das mais ousadas provocações que a nossa história literária já conheceu». E um leitor contemporâneo da obra, Sampaio Bruno (141, 142), nela valoriza justamente «o arranque, o ímpeto da improvisação, o seu ar descabelado e maluco», caracterizando-a como «uma fantasia doida, maravilhosa na execução formal».

Sampaio Bruno lamenta, no mesmo lance, as alterações sofridas pelo romance, aquando da sua 2.^a edição em livro, quinze anos depois da sua dupla publicação em 1870. De facto, quando o folhetim apareceu, só os leitores do jornal puderam apreciar, em tempo próprio e conforme à sua competência literária, tanto a «deslumbrante feira de situações impressionantes» do folhetim, quanto as respetivas «delicadezas filigranadas da execução» (Bruno: 136). Na 2.^a edição, de 1884-1885, Eça admite ter quase refeito o livro.

Realmente, entre 1870 e 1884-1885, as diferenças são imensas, embora desigualmente distribuídas pelos vários capítulos da obra. Estamos, no fundo, em presença de dois textos bastante distintos (descontando já a despicienda edição de 1902, pontualmente modificada por Ramalho depois da morte de Eça, talvez sob o impulso de refazer *seu* um livro em que, desde a 2.^a edição, o seu nome figurava como o de coautor, depois do de Eça de Queirós). Trata-se afinal de obras diferentes, envolvendo diversas circunstâncias de leitura, distintos focos estético-ideológicos e desiguais equilíbrios temático-estilísticos.

Uma história minimamente relevante da receção do folhetim exigiria, como pertinentemente assinala Maria de Lurdes Sampaio, «um estudo da importância de certos protocolos de leitura, da plurivocalidade do texto, da diversidade dos seus registos de língua ou mesmo da hipertextualidade do *Mistério*» (Sampaio: 45). A esses fatores haveria que juntar-se, como lembra Ronald Sousa, a reprodução «de todo o jornal de cada dia», a representação das «outras matérias que circundavam esses números do jornal» (como outros folhetins, outros jornais) e, ainda, a reconstituição do público leitor lisboeta de 1870 (Sousa: 43). Não é essa, realmente, a meta do presente trabalho.

Um dos objetivos centrais desta edição crítica é, afinal, o de proporcionar aos leitores a possibilidade de aferição completa das transformações textuais sofridas entre as suas três principais lições: as duas de 1870 (a do folhetim de jornal e a do livro) e a de 1884-1885, que se tornou definitiva. Se a isso somarmos, entre outras particularidades, a oscilação genológica e as ambiguidades de que se reveste a determinação autoral deste romance (desigualmente partilhada entre Eça e Ramalho), compreender-se-á a necessidade de começar por fazer um ponto da situação histórico-editorial do texto, atendendo aos diferentes enquadramentos da sua publicação e à conseqüente indução de distintas estratégias, adotadas na relação com os seus leitores.

2. A HISTÓRIA EDITORIAL DO TEXTO

2.1. Na obra atrás citada, define Sampaio Bruno (134-135) uma relação explícita de dependência entre o jornalismo português em 1870 e a imprensa francesa sua contemporânea, que o inspira. Em França, a imprensa parece-lhe «enfeudada ao tirano caquético», apostada «em manter a bambochata das Tulherias, desviando as atenções do facto político» e alimentando o mórbido gosto do público com «tudo o que de romanesco impressionasse as imaginações»: crimes, sobretudo.

Em Portugal, curiosamente, as condições histórico-políticas vividas no exato período de publicação do nosso folhetim revelam algumas afinidades com a napoleónica *bambochata*. Desde maio

de 1870, com a chamada *saldanhada*, o marechal duque de Saldanha, então com 80 anos, tomou o poder, num golpe que será assim descrito n' *O Conde d'Abranhos*: «Um velho general despeitado, saltando através da Constituição, com a desenvoltura com que num circo um atleta salta através de um arco de papel, trotou tranquilamente para o Paço, seguido de três regimentos, e pediu a demissão do ministério e a concentração na sua pessoa heroica e legendária, de todo o poder social» (Queirós, s. d.: 161). A ditadura do marechal Saldanha, condenada de resto por alguma imprensa e derrubada a 29 agosto por outro golpe, liderado por Sá da Bandeira, coincide aproximadamente com o verão de 1870, animado literariamente pelo misterioso folhetim do *Diário de Notícias*.

Concomitantemente, e como já pudemos observar pelo excerto da carta que Eça dirige a Eduardo Prado, a atualidade contemporânea é dominada pelas notícias da guerra franco-prussiana, acompanhadas, em Portugal como em toda a Europa, com enorme interesse pelo público leitor (de que Eça faz parte). O conflito que opõe Napoleão III às forças de Bismarck — e que terminará na desastrosa capitulação francesa em Sedan, dando início à rebelião de setembro de 1870 e à III República — não integra apenas extratextualmente o cenário histórico da receção do folhetim; na verdade, há na sua própria trama várias referências explícitas às hostilidades, em certos casos tornadas em si mesmas matéria romanesca (v. *infra* «A confissão dela», ll. 71-133).

O título posteriormente atribuído por Eça ao volume em que reúne os textos d' *As Farpas* que pouco depois escreverá — *Uma Campanha Alegre* — caberia, porventura com maior razão ainda, a' *O Mistério da Estrada de Sintra*. Na realidade, conforme a expressão de João Gaspar Simões (1980: 243), a publicação desse folhetim, de dupla autoria, consiste numa «grande troça», na linha das provocações intelectuais para que tem tendência o grupo de amigos reunidos no «Cenáculo» — em que pontifica Antero de Quental e que integra Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Oliveira Martins e Jaime Batalha Reis, entre outros. Aliás, este último terá chegado a ser convidado a integrar a mistificação, mas a sua noiva, Celeste, tê-lo-á persuadido a declinar o convite, duvidando da plena honestidade da empresa (Simões, 1961: 235).

Segundo o relato de Ramalho Ortigão (1943: 198), publicado no *Diário Ilustrado* e integrado n' *As Farpas* (outubro de 1874), o reencontro entre os dois amigos em Lisboa, depois da viagem de Eça ao Oriente (1869-1870), produziu em ambos um desejo fundamental: «A nossa questão era simplesmente — que nos lessem.» E continua: «Tratava-se de achar um golpe, estranho, desusado, violento, que ferisse profundamente a atenção e a obrigasse a olhar para nós como sire de La Châtaigneraie olhou para sire de Jarnac.» (Vale a pena recordar que o chamado «coup de Jarnac» — golpe de esgrima habilíssimo com que Guy de Chabot venceu o seu duelo com François de Vivonne, ferindo-o na coxa — é, segundo Littré, erroneamente julgado desleal, mas na verdade perfeitamente respeitável.) Como quer que seja, tratar-se-ia de encontrar, em 1870, um «golpe» literário absolutamente inesperado, capaz de impressionar fortemente o público leitor. Ou, como dirá Eça na 2.^a edição da obra, «deliberámos reagir sobre nós mesmos e acordar tudo aquilo a berros, num romance tremendo, buzinado à baixa das alturas do *Diário de Notícias*».

Sampaio Bruno define com desenvoltura o horizonte do leitor médio da época: «o público voltara às grandes máquinas literárias, montadas no tipo dessas improvisações em que o diálogo ocupa o maior lugar e a descrição se giza de passagem, pois a obra vive do interesse da fábula e tudo o que não for narrar é uma impertinência» (133). A dita «fábula» queria-se «caso estupendo», na esteira dos enredos romanescos de Ponson du Terrail, Paul de Kock, Georges Ohnet ou Dumas filho, vivendo por vezes na ambiguidade do *canard* e do relato pseudo-jornalístico, como o dos *Thugs* indianos, aliás explicitamente referidos no folhetim. Um público cujo gosto requereria «moxas e adstringentes», ávido de melodramatismo fantasioso, plasmado em narrativas de horror, crime, fantasmagoria e paixões arrebatadas — podia no entanto mostrar-se dormente, caturra, enfasiado, afundado no tédio e no cansaço indiferente de pensar, como Eça o descreverá, pouco depois, n' *As Farpas* (Queirós, 2004: 32-33).

Refira-se complementarmente que, também em maio de 1870, a sociedade e a imprensa portuguesas são sobressaltadas pela enorme celeuma provocada pelo assassinato confesso, perpetrado por José Vieira de Castro, da sua mulher, suspeita de adultério

com José Maria de Almeida Garrett. O escândalo apaixonava a opinião pública e valeria ao homicida a deportação e a morte precoce. Os temas da infidelidade conjugal feminina, da honra ferida e da legitimidade do uso da violência agitam, pois, forte e duradouramente, a consciência coletiva.

Neste contexto, um literário «golpe de Jarnac» teria de se revelar extraordinariamente hábil (simultaneamente atual e imprevisível), para sacudir a apatia e afirmar-se pela singularidade. *O Mistério da Estrada de Sintra* tirará partido, ao mesmo tempo, do poder difusor e conformador da imprensa, e do caráter fantasista e especulativo de muitos artigos noticiosos; afinal, observa Eça em 1878, «pela aceitação passiva das opiniões impostas, pelo apagamento das faculdades críticas, por preguiça de exame — o público vê como lhe dizem que é». Se o *Diário de Notícias* disser que o Hotel Aliança é uma catedral gótica — o público admirará em êxtase as ogivas e as rosáceas do Hotel Aliança... (Queirós, 1878: 18).

Previsivelmente suscetível a mistificações veiculadas por um periódico prestigiado, o público, afirma Sampaio Bruno (135-136), tomou inteiramente a sério os primeiros capítulos do folhetim. Era esta sem dúvida uma das primeiras metas dos seus autores: intervir na cena literária para a agitar, cativando a adesão apaixonada do público ao servir-lhe uma intriga *autenticamente* inverosímil, bem ao seu gosto, diabólica e contraditoriamente temperada com exageros paródicos e com estratagemas autenticadores; e, no final, revelar-lhe a vacuidade dessa paixão e a dimensão da sua ingenuidade.

Idênticas «disposições provocadoras» e semelhantes «climas imaginativos» teriam já, segundo Ofélia Paiva Monteiro (1985: 16), levado os amigos do Cenáculo à criação coletiva do poeta satanista Fradique Mendes, que integra aliás o elenco de personagens do folhetim. Trata-se, afinal, como sintetiza a mesma investigadora (1987, II: 5), de testar o grau de maturidade do público nacional,

[...] fornecendo-lhe um texto paródico propositadamente desconcertante e incongruente, mas recheado de processos tão idóneos para desencadear a *ilusão de veracidade* (ou tão-só a *ilusão romanesca*) que se tornassem eventual-

mente inibidores da distanciação crítica e do conseqüente riso salutar, em leitores deformados pelo aventuroso melodramático da sublitteratura romântica.

Desse modo, o folhetim terá intentado contribuir para a «renovação do panorama literário nacional» (Outeirinho, 2003: 432). E, como diz Sampaio Bruno (142), *O Mistério da Estrada de Sintra* anunciou, às letras nacionais, a chegada de Eça de Queirós, «um temperamento de escritor a mais, eminentemente vibrátil e portador de uma forma nova».

2.2. A 23 de julho de 1870, véspera da comemoração do 37.º aniversário da entrada em Lisboa do exército liberal (24 de julho de 1833), sai, na 3.ª coluna da secção «Noticiário» do *Diário de Notícias* (n.º 1:659 — 6.º ano), no espaço imediato aos «Assuntos do dia», a seguinte *notícia*:

O mistério da estrada de Sintra

A hora já adiantada recebemos ontem um escrito singular. É uma carta, não assinada, enviada pelo correio à redação, com o princípio de uma **narração estupenda**, que dá ares de um crime horrível, envolto nas sombras do mistério, e cercado de circunstâncias verdadeiramente extraordinárias, e que **parece terem sido feitas para aguçar a curiosidade, e confundir o espírito em milhares de vagas e contraditórias conjeturas**. Trata-se da sequestração noturna de um médico, e de um amigo seu para assistirem a um ato gravíssimo, e, demais factos subsequentes. O **interesse** que esta narração desperta, a **forma literária** que a reveste, e o **crime** que parece revelar nos obrigam a não buscar resumi-la, e a dá-la na íntegra aos nossos leitores. Não podemos, porém, inseri-la sem eliminar o **folhetim**, e **substituí-lo por esse escrito**, o que faremos em a nossa folha de domingo.»
[*Negritos nossos, à exceção do do título.*]

Notemos a extrema habilidade como, nesta pseudonotícia, se tecem considerações sobre o caráter paraficcional do texto cuja

próxima publicação se anuncia, sublinhando, ao mesmo tempo, o teor de excepcionalidade, qualidade e interesse de que se reveste o seu conteúdo, de que chega a adiantar-se vagamente as linhas gerais. Estava dado o primeiro passo — o anúncio instigante, que define, simultaneamente, o enquadramento editorial — para a publicação de uma série de 30 cartas que perfarão o texto total do folhetim.

No dia seguinte, domingo, 24 de julho, publica-se no *Diário de Notícias*, no espaço habitualmente destinado ao folhetim (na parte inferior da folha, por baixo de um bem visível filete), a 1.^a carta do *Mistério*; remetida por alguém que se identifica como médico, narra factos rocambolescos em que terá participado pessoalmente e promete ulteriores comunicações. No corpo do jornal (6.^a coluna), chama-se a atenção dos leitores:

Publicamos hoje a carta que anunciámos na folha de ontem. A pessoa que nos dirige esta narrativa interessantíssima promete prosseguir. Não recebemos até agora a segunda carta a que o anónimo se refere. É possível que esteja esperando a resolução que tomamos com relação a esta primeira parte do seu escrito, para nos enviar o que falta e que esperamos com impaciência. No nosso número de terça-feira próxima diremos o mais.

De facto, na segunda-feira, uma pausa: o jornal não sai nesse dia da semana. Na terça-feira, 26, surge nova carta, assinalada também com outra nota no corpo do jornal, na 4.^a coluna: «Recebemos e publicamos, pelas mesmas e outras razões, em folhetim, a segunda carta sobre o MISTÉRIO DA ESTRADA DE SINTRA, que tanto está prendendo a atenção dos nossos leitores.» Nessa 2.^a carta, faz o autor (Eça, ao que tudo indica) questão de assinalar que, tendo verificado que a sua 1.^a carta fora publicada no lugar do folhetim, procuraria nesta e noutras futuras missivas não ultrapassar a extensão dessa secção do jornal. Talvez por acaso, a 4.^a carta, publicada a 28 e 29 de julho, ocupará o dobro do espaço diário do folhetim e estender-se-á por dois números do jornal (1:663 e 1:664). Na mesma 2.^a carta, o remetente acrescenta ainda que os acontecimentos relatados na missiva anterior ocorreram numa

data precisa: quarta-feira, 20 de julho, isto é, poucos dias antes da data da sua publicação.

Deste modo, na narrativa que então se enceta, são habilmente explorados os fatores da *serialização* folhetinesca e da constante ambiguidade entre ficção e realidade: os primeiros «capítulos» da história, ocupando objetivamente o espaço editorial do folhetim e mobilizando uma narração autodiegética, correspondem a uma fase decisiva do relato — a da captação da atenção curiosa dos leitores, a quem se procura fidelizar, gerindo com mestria a imprevisibilidade e quantidade da informação concedida e induzindo a impressão da sua veracidade, aliás palpitantemente atual. Nesta longa fase introdutória, tais objetivos não dispensarão, além disso, um peculiar, assíduo e cúmplice aparato jornalístico.

A série continua, regularmente acompanhada de paratextos que, no espaço reservado ao folhetim ou fora dele, aludem, estimulando-a, à curiosidade dos leitores, reforçando, ao mesmo tempo, a impressão de autenticidade dos factos relatados — sem que, no limite, o jornal possa ser acusado de faltar à verdade. Assim, a 27 de julho de 1870, quarta-feira, a secção «Assuntos do dia» inclui, na 2.^a coluna, o seguinte texto:

A terceira correspondência que hoje publicamos sobre o **Mistério da estrada de Sintra** encerra novos estímulos à já bastante intensa curiosidade dos nossos leitores. Têm-nos sido dirigidas verbalmente e por cartas diversas perguntas sobre o mistério singular ali descrito. Não podemos avançar mais do que o que diz a interessante narração, pois nada mais sabemos. Decerto a pessoa que no-las dirige irá a pouco e pouco desvelando o segredo do drama de que nos faz ansiosos espetadores.

Dois dias depois, a 29 de julho, mais dois paratextos escoltam o folhetim. Na secção «Assuntos do dia» (3.^a coluna) é introduzida uma pequena nota: «Já temos em nosso poder a 5.^a carta da interessante narrativa: *O mistério da estrada de Sintra*, em que vão aparecendo circunstâncias cada vez mais romanescas». E, no espaço do folhetim, no final da 4.^a carta, aparece ainda uma outra, muito breve, precedida de uma nota da Redação do jornal

e assinada por outro remetente, suposta testemunha de alguns dos elementos narrados, João Viegas Ferraz (v. *infra* «Exposição do Doutor ***», ll. 617-618)¹. Tal nota da Redação, introduzida no espaço do folhetim, pode, segundo Ofélia Paiva Monteiro (1985: 18), «caucionar a seriedade dos textos aí fornecidos»; do mesmo modo, a suposta carta de um elemento externo à diegese, confirmando aspetos centrais da história do Doutor, torna-se, nas palavras da mesma ensaísta (1985: 18), «importante elemento ‘autenticador’ dos eventos narrados».

Essa estratégia de validação dos elementos narrados — que corresponde, igualmente, a um processo jornalístico de amplificação e intensificação do seu impacto — diversifica-se, aliando-se à importância do cariz dialógico e, sobretudo, cuidadosamente doseado da informação publicada. Na prática, e nesta fase da publicação, a *régie* narrativa parece, assim, partilhada entre os narradores do folhetim e a direção do jornal que o acolhe (ou por quem, em seu nome, redige as notas jornalísticas publicadas). A 4 de agosto surge novo comentário da Redação (agora no espaço do folhetim, antecedendo o texto deste), referindo um pormenor constante da última carta do Doutor, anunciando a receção de uma nova carta (esta de outro protagonista da história, F.), e terminando por introduzir um outro texto, a carta de um quarto autor, Z. — carta justamente publicada nesse mesmo número do jornal (v. *infra* «Intervenção de Z.»).

A carta de Z., que se apresenta como um leitor muito cético do folhetim, testemunha a extrema sofisticação do mecanismo mistificador posto em marcha: acusando explicitamente o Doutor de inventar toda a história, Z. vai ao ponto de afirmar que se está perante «o ideal mais perfeito, o tipo mais acabado do *roman feuilleton*»; mas, sublinha, aquilo que o leva a dirigir-se ao jornal é a indignação que sente ao ver difamado o nome de um dos seus amigos, A. M. C., precisamente uma das personagens citadas nas cartas do Doutor! Assim, começando por afirmar a condição

¹ A breve missiva de Ferraz e a nota que a precede constam apenas do texto do folhetim publicado no *Diário de Notícias*, sendo definitivamente omitidas a partir daí.

ficcional do relato, o novo interveniente acaba por colaborar na legitimação do essencial dos factos narrados — a que, aliás, acrescenta depois outros, perfeita e logicamente compatíveis com esses.

A 10 de agosto, finalizada a carta de F., que ocupara os números anteriores do folhetim, a Redação insere a seguinte «nota», antecedendo uma derradeira carta do Doutor: «Juntamente com a carta publicada ontem achavam-se algumas folhas de papel com as seguintes linhas escritas pela mesma letra das cartas do médico anteriormente publicadas nesta folha». Tira-se, assim, o máximo partido do enquadramento e efeito jornalísticos e, nestes, da ambiguidade de estatuto conferida pelo facto de que as cartas do Doutor e de F. (contendo supostamente relatos verídicos) são publicadas «como se» se tratasse de um folhetim (a que fazem, aliás, explícita alusão e cujo discurso inteligentemente parodiam); e pelo facto de que tais cartas vão sendo acompanhadas de reações imputadas aos seus recetores. Entre estes recetores, conta-se a própria Redação do jornal que, estrategicamente, reclama a sua ignorância sobre os eventos misteriosos e, ostensivamente, adota uma atitude de total transparência e isenção, na permanente disponibilização de todos os elementos recebidos, expostos à consideração dos seus leitores; e, acolhidos no espaço textual do folhetim, é aos próprios leitores, na pessoa de Z., que são imputadas a expressão da incredulidade, a denúncia da inverosimilhança da história e, simultaneamente, a caução da sua veracidade.

Aliás, Z. reincide, «reage» à última carta do Doutor e, citando um artigo entretanto saído em outro periódico², serve-se de uma observação aí exarada para contestar a veracidade do relato do Doutor, a quem acusa violentamente de «jogral paparrotão e asneiro» (v. *infra* «Segunda carta de Z.», l. 1 — nota):

Uma das mais antigas folhas desta cidade, tocou sagazmente a meu ver, na mola real desta lúgubre narrativa que tem sido o assunto das tuas cartas e das supostas cartas de F... teu desconhecido amigo.

² Ronald Sousa transcreve integralmente esse artigo, saído a 28 de julho de 1870 no *Jornal de Comércio*. Cf. Sousa, 1991: 20-22.

O articulista do sugerido periódico prova cabalmente com uma só observação cheia de perspicácia e de luz que a tua narração não passa de uma fábula levemente romantizada, à toa e à pressa.

Responde à pergunta que em tal periódico se te dirige. Onde está a botica da Porcalhota? Quando foi que tu encontraste na Porcalhota uma botica? Na época provavelmente em que havia no Cacém a universidade em que te doutoraram e na vila do sr. Lucotte a escola superior em que estudaste fisiologia e matéria médica.

Tais «estratégias de veridicção» (Reis, 1999: 169) são associadas por Ofélia Paiva Monteiro à influência do exemplo de Edgar A. Poe, no que se refere à credibilidade obténível pela sua divulgação na imprensa, associada a certos recursos estruturais propícios à produção de uma impressão de verdade, como a narração auto ou homodiegética, a utilização de elementos autenticadores e de um processo de «presentificação» da narrativa (sendo esta pretensamente redigida no decurso da aventura) (Monteiro, 1985: 19-20). Desse modo, o leitor (mesmo o mais incrédulo, como Z.) teria dificuldade em furtar-se a uma aliciante atividade de decifração, equivalente à das personagens narradoras e à do próprio Z., pronto a lançar-se, ele próprio, em nome da amizade, da justiça e da verdade, na investigação e apuramento da realidade dos factos. O conjunto das 14 primeiras cartas (do médico, de Z. e depois de F), com a sua função introdutória e instigadora, constituirá, efetivamente, na narrativa, aquilo que Ofélia P. Monteiro designa como «bloco *detetivesco*» (Monteiro, 1987, II: 6).

Na realidade, esta carta de Z., lançando suspeitas sobre o médico, tem funções diegéticas precisas: viabilizar as cartas que se lhe seguem, essas sim fazendo revelações destinadas a ilibar o bom nome do Doutor e de F. Segue-se, pois, um conjunto de 16 outras cartas, de extensão muito heterogénea e adotando três outros diferentes remetentes-narradores, todos participantes na história: a personagem que nas cartas do bloco anterior ficou conhecida como «mascarado alto»; a personagem A. M. C., aí também referida; e a protagonista, a condessa de W., apresentada nas cartas precedentes e cuja longa missiva é justamente estimulada

e fornecida pelo narrador anterior (que aliás trata de lhe omitir uma parte).

Com diferentes registos estilísticos e «editoriais», géneros, perfis, relevos, pressupostos e proveniências, esses narradores vão gradualmente acrescentando informação, dissipando incógnitas e, por fim, aduzindo interpretações e sanções moralizantes à história narrada. A publicação do folhetim até 27 de setembro de 1870, cabendo a A. M. C. a 30.^a e última carta, que remata a diegese. Assim se consuma este *folhetim-carta* (ou *folhetim-ficção*), forma interlocutiva de grande tradição jornalística que, segundo Ernesto Rodrigues (339-341), junta polémica, sigilo, anonimato e registo literário.

Na verdade, haverá ainda uma 31.^a carta — justamente «A última carta» que, no espaço do folhetim, sucede imediatamente à conclusão da narrativa de A. M. C. Essa carta é finalmente assinada com dois nomes completos e identificáveis: J. D. Ramalho Ortigão e J. M. Eça de Queirós, que se declaram autores da história³.

2.3. Findos os mistérios, e dado o clamoroso sucesso do folhetim, a Parceria A. M. Pereira, importante editora nacional, trata de publicar a obra em livro, que surge ainda no mesmo ano de 1870. Trata-se, afinal, de conferir a condição definitivamente ficcional e literária a um texto que, entre outras ambiguidades, explorara magistralmente a ilusão de veracidade. Como diz Carlos Reis (1995: 20), estamos perante a rara ocorrência de

[...] uma verdadeira mudança de estatuto, determinada por incidentes de ordem contratual que interferem no modo como certos textos são lidos: quando, em 1870, foram publicadas pela primeira vez, no jornal *Diário de Notícias*, as cartas que compõem *O Mistério da Estrada de Sintra* podem ter sido entendidas como documentos verídicos (e, de facto, sabe-se que não poucos leitores

³ Tal carta pode, no fundo, corresponder simetricamente à «Notícia» que anunciava a receção e próxima publicação da primeira das cartas e que, situada fora do espaço do folhetim, será omitida em todas as edições em livro.

EXPOSIÇÃO DO DOUTOR ***

I

Sr. redator do *Diário de Notícias*:

I

5 Venho pôr nas suas mãos a narração de um caso verdadeira-
mente extraordinário em que intervim como facultativo, pedindo-
-lhe que, pelo modo que entender mais adequado, publique na
sua folha a substância, pelo menos, do que vou expor.

10 Os sucessos a que me refiro são tão graves, cerca-os um tal
mistério, envolve-os uma tal aparência de crime que a publicidade
do que se passou por mim torna-se importantíssima como chave
única para a desencerração de um drama que suponho terrível
conquanto não conheça dele senão um só ato e ignore inteiramente
quais foram as cenas precedentes e quais tenham de ser as últimas.

15 Há três dias que eu vinha dos subúrbios de Sintra em com-
panhia de F..., um amigo meu, em cuja casa tinha ido passar
algum tempo.

5-8: verdadeiramente extraordinário [...] pelo menos,] verdadeiramente estranho, inau-
dito e único, em que intervém como facultativo, pedindo-lhe que pelo modo que entender
mais adequado publique na sua folha a substância, pelo menos, [1870 a] verdadeiramente
estranho, inaudito e único, em [...] médico, pedindo-lhe que pelo [...] adequado [...] folha,
pelo menos, a substância [1870 b]

12: suponho terrível] suponho horroroso, [1870 a] [1870 b]

14: quais tenham de] quais terão porventura de [1870 a] [1870 b]

20 Montávamos dois cavalos que F... tem na sua quinta e que deviam ser reconduzidos a Sintra por um criado que viera na véspera para Lisboa.

Era ao fim da tarde quando atravessámos a charneca. A melancolia do lugar e da hora tinha-se-nos comunicado, e vínhamos silenciosos, abstraídos na paisagem, caminhando a passo.

25 A cerca talvez de meia distância do caminho entre S. Pedro e o Cacém, num ponto a que não sei o nome porque tenho transitado pouco naquela estrada, sítio deserto como todo o caminho através da charneca, estava parada uma carruagem.

Era um *coupé* pintado de escuro, verde e preto, e tirado por uma parelha cor de castanha.

30 O cocheiro, sem libré, estava em pé, de costas para nós, diante dos cavalos.

Dois sujeitos achavam-se curvados ao pé das rodas que ficavam para a parte da estrada por onde tínhamos de passar, e pareciam ocupados em examinar atentamente o jogo da carruagem.

35 Um quarto indivíduo, igualmente de costas para nós, estava perto do valado, do outro lado do caminho, procurando alguma cousa, talvez uma pedra para calçar o trem.

40 — É o resultado das sob-rodas que tem a estrada — observou o meu amigo. — Provavelmente o eixo partido ou alguma roda desembuxada.

18: Montávamos dois] Vínhamos montados em dois [1870 a] [1870 b]

19: reconduzidos a] reconduzidos para [1870 a] [1870 b]

23: silenciosos, abstraídos na paisagem,] silenciosos, fumando os nossos charutos e [1870 a] silenciosos fumando os nossos charutos, e [1870 b]

26: estrada, sítio deserto] estrada, sítio porém deserto [1870 a] estrada, ponto porém deserto [1870 b]

29: parelha cor de castanha.] parelha de cavalos castanhos. [1870 a] [1870 b]

30-31: nós, diante dos cavalos.] nós, diante da parelha [1870 a] [1870 b]

32: pé das rodas] pé de uma das rodas [1870 a] [1870 b]

33: para a parte] para o lado [1870 b] / onde tínhamos] onde nós tínhamos [1870 b]

36: valado, do] valado do [1870 a] [1870 b] / caminho, procurando] caminho e figurava procurar [1870 a] [1870 b]

38: É] Foi [1870 a] [1870 b] / das sob-rodas] das grandes sob-rodas [1870 a] [1870 b]

39-40: Provavelmente] É provavelmente [1870 a] [1870 b] / roda desembuxada] roda desembuchada [1870 b]

Passávamos a este tempo pelo meio dos três vultos a que me referi, e F... tinha tido apenas tempo de concluir a frase que proferira, quando o cavalo que eu montava deu repentinamente meia volta rápida, violenta, e caiu de chapa.

45 O homem que estava junto do valado, ao qual eu não dava atenção porque ia voltado a examinar o trem, determinara essa queda, colhendo repentinamente e com a máxima força as rédeas que ficavam para o lado dele e impelindo ao mesmo tempo com um pontapé o flanco do animal para o lado oposto.

50 O cavalo, que era um poldro de pouca força e mal manejado, escorregou das pernas e tombou ao dar a volta rápida e precipitada a que o tinham constrangido.

O desconhecido fez levantar o cavalo segurando-lhe as rédeas, e, ajudando-me a erguer, indagava com interesse se eu teria molestado a perna que ficara debaixo do cavalo.

55 Este indivíduo tinha na voz a entoação especial dos homens bem-educados. A mão que me ofereceu era delicada. O rosto tinha-o coberto com uma máscara de cetim preto. Entrelembro-me de que trazia um pequeno fumo no chapéu. Era um homem
60 ágil e extremamente forte, segundo denota o modo como fez cair o cavalo.

Ergui-me alvoroçadamente e, antes de ter tido ocasião de dizer uma palavra, vi que, ao tempo da minha queda, se travara luta entre o meu companheiro e os outros dois indivíduos que
65 fingiam examinar o trem e que tinham a cara coberta como aquele de que já falei.

41-42: a que me referi,] que descrevi, [1870 a] [1870 b]

45: valado,] valado e [1870 b]

53-55: as rédeas, e, ajudando-me [...] indagava [...] se eu teria molestado [...] ficara debaixo do cavalo] as rédeas, e, estendendo-me a sua mão para me ajudar [...] perguntou-me [...] se teria porventura fraturado [...] me ficara debaixo do cavalo e que eu sentia dorida, contundida talvez, mas não quebrada [1870 a] as rédeas e estendeu-me a sua mão para me ajudar [...] perguntando-me [...] se teria porventura fraturado [...] me ficou debaixo do cavalo e que eu sentia dorida, contundida talvez mas não quebrada [1870 b]

57: era delicada.] era pequena e macia. [1870 a] [1870 b]

59: que trazia] que tinha [1870 b]

60: segundo denota] segundo o denota [1870 b]

62: Ergui-me alvoroçadamente e,] Ergui-me alvoroçadamente e [1870 a] Ergui-me alvoroçadamente e [1870 b]

63-64: travara luta] travara uma luta [1870 a] [1870 b]

Puro Ponson du Terrail! — dirá o sr. redator. Evidentemente. Parece que a vida, mesmo no caminho de Sintra, pode às vezes ter o capricho de ser mais romanesca do que pede a verosimilhança artística. Mas eu não faço arte, narro factos unicamente.

F..., vendo o seu cavalo subitamente seguro pelas cambas do freio, tinha obrigado a largá-lo um dos desconhecidos, em cuja cabeça descarregara uma pancada com o cabo do chicote, o qual o outro mascarado conseguira logo depois arrancar-lhe da mão.

Nenhum de nós trazia armas. O meu amigo tinha, no entanto, tirado da algibeira a chave de uma porta da casa de Sintra, e esporeava o cavalo estirando-se-lhe no pescoço e procurando alcançar a cabeça daquele que o tinha seguro.

O mascarado, porém, que continuava a segurar em uma das mãos o freio do cavalo empinado, apontou com a outra um revolver à cabeça do meu amigo e disse-lhe com serenidade:

— Menos fúria! Menos fúria!

O que levava com o chicote na cabeça e ficara por um momento encostado à portinhola do trem, visivelmente atordoado mas não ferido, porque o cabo era de baleia e tinha por castão uma simples guarnição feita com uma trança de clina, havia já a este tempo levantado do chão e posto na cabeça o chapéu que lhe caíra.

A este tempo o que me derribara o cavalo e me ajudara a levantar tinha-me deixado ver um par de pequeninas pistolas de coronhas de prata, daquelas a que chamam em França *coups de poing* e que varam uma porta a trinta passos de distância. Depois

67-70: [parágrafo inexistente nas duas edições de 1870]

76-77: trazia armas.] trazia armas consigo. [1870 b] / tinha, no entanto,] tinha no entanto [1870 a] [1870 b]

79: alcançar a cabeça daquele que o tinha seguro.] alcançar com um murro a cabeça daquele que o tinha seguro. //— Ou me largas ou te parto a cabeça! — bradava ele enfurecido. [1870 a] [1870 b]

82-83: com serenidade: // — Menos fúria! Menos fúria!] com serenidade e firmeza: // — Se tenta resistir-me, passo-lhe uma bala. [1870 a] com serenidade e firmeza: // — Se tenta resistir-me, meto-lhe uma bala na testa. [1870 b]

90: tempo o] tempo aquele [1870 b]

91: de pequeninas] de pequenas [1870 b]

do que, me ofereceu delicadamente o braço, dizendo-me com afabilidade:

95 — Parece-me mais cómodo aceitar um lugar que lhe ofereço na carruagem do que montar outra vez a cavalo ou ter de arrastar a pé daqui à farmácia da Porcalhota a sua perna magoada.

100 Não sou dos que se amedrontam mais prontamente com a ameaça feita com armas. Sei que há um abismo entre prometer um tiro e desfechá-lo. Eu movia bem a perna trilhada, o meu amigo estava montado em um cavalo possante; somos ambos robustos; poderíamos talvez resistir por dez minutos, ou por um quarto de hora, e durante esse tempo nada mais provável, em estrada tão

105 frequentada como a de Sintra nesta quadra, do que aparecerem passageiros que nos prestassem auxílio.

Todavia confesso que me sentia atraído para o imprevisto de uma tão estranha aventura.

110 Nenhum caso anterior, nenhuma circunstância da nossa vida nos permitia suspeitar que alguém pudesse ter interesse em exercer connosco pressão ou violência alguma.

Sem eu bem poder a esse tempo explicar porquê, não me parecia também que as pessoas que nos rodeavam projetassem um roubo, menos ainda um homicídio. Não tendo tido tempo

115 de observar miudamente a cada um, e tendo-lhes ouvido apenas algumas palavras fugitivas, figuravam-se-me pessoas de bom mundo. Agora que de espírito sossegado penso no acontecido, vejo que a minha conjectura se baseava em várias circunstâncias dispersas, nas

94-95: com afabilidade:] com ar de riso na palavra: [1870 a] com ar de riso: [1870 b]

96-97: — Parece-me [...] um [...] na] — A mim parece-me mais cómodo aceitar o meu amigo um lugar que lhe ofereço na minha [1870 a] — A mim parece-me muito [...] o meu amigo um [...] na minha [1870 b]

99: sou dos] sou daqueles [1870 a] [1870 b]

100: um abismo] um abismo incomensurável [1870 a] [1870 b]

101: e desfechá-lo.] e desfechá-lo num homem. [1870 a] [1870 b]

102: robustos:] robustos, [1870 b]

104: mais provável,] mais possível, [1870 b]

107-108: sentia atraído para o imprevisto de uma tão estranha aventura.] sentia dominado por uma espécie de atração para o imprevisto daquela aventura! [1870 a] [1870 b]

111: violência alguma.] violência para qualquer espécie de resultado. [1870 a] [1870 b]

114: roubo, menos ainda] roubo ou [1870 a] [1870 b]

116: fugitivas,] fugitivas [1870 b] / de bom mundo.] de boa sociedade. [1870 a] [1870 b]

quais, ainda que de relance, eu atentara, mesmo sem propósito de
 120 análise. Lembro-me, por exemplo, que era de cetim alvadio o forro
 do chapéu do que levava a pancada na cabeça. O que apontara o
 revolver a F... trazia calçada uma luva cor de chumbo apertada
 com dois botões. O que me ajudara a levantar tinha os pés finos
 e botas envernizadas; as calças, de casimira cor de avelã, eram
 125 muito justas e de presilhas. Trazia esporas.

Não obstante a disposição em que me achava de ceder da
 luta e de entrar no trem, perguntei em alemão ao meu amigo
 se ele era de opinião que resistíssemos ou que nos rendêssemos.

— Rendam-se, rendam-se para nos poupar algum tempo que
 130 nos é precioso! — disse gravemente um dos desconhecidos. — Por
 quem são, acompanhem-nos! Um dia saberão por que motivo lhes
 saímos ao caminho mascarados. Damos-lhes a nossa palavra de
 que amanhã estarão nas suas casas, em Lisboa. Os cavalos ficarão
 em Sintra daqui a duas horas.

135 Depois de uma breve relutância, que eu contribuí para desva-
 necer, o meu companheiro apeou-se e entrou no *coupé*. Eu segui-o.

Cederam-nos os melhores lugares. O homem que se achava
 em frente da parelha segurou os nossos cavalos; o que fizera cair
 o poldro subiu para a almofada e pegou nas guias; os outros dois
 140 entraram connosco e sentaram-se nos lugares fronteiros aos nos-
 sos. Fecharam-se em seguida os estores de madeira dos postigos
 e correu-se uma cortina de seda verde que cobria por dentro os
 vidros fronteiros da carruagem.

119-120: sem propósito de análise.] sem dar por isso. [1870 b] / era de cetim alvadio] era escrupulosamente asseado, alvo e lustroso [1870 a] [1870 b]

123-124: finos [...] envernizadas;] finos e pequenos [...] envernizadas e novas; [1870 a] [1870 b]

130-132: desconhecidos. Por quem são, acompanhem-nos! [...] por que motivo lhes saímos ao caminho mascarados.] desconhecidos respondendo à pergunta que eu dirigia a F... — Em nome de Deus e em nome da humanidade, — continuou ele — acompanhem-nos! [...] por que motivo nos apresentamos incógnito. [1870 a] desconhecidos respondendo à pergunta que eu dirigia a F... Em nome de Deus e em nome da humanidade — continuou ele — acompanhem-nos [...] porque motivo nos apresentamos incógnitos. [1870 b]

132: Damos-lhes a] Damos-lhe [1885 — *seguimos aqui a lição de 1894*]

133: amanhã estarão] amanhã pela manhã estarão [1870 a] [1870 b]

135: relutância,] relutância [1870 a] [1870 b]

136: Eu segui-o] Eu seguiui-o [1870 b]

139: poldro subiu] poldro subia [1870 b]

145 No momento de partirmos, o que ia guiar bateu na vidraça e pediu um charuto. Passaram-lhe para fora uma charuteira de palha de Java. Pela fresta por onde recebeu os charutos lançou para dentro do trem a máscara que tinha no rosto, e partimos a galope.

150 Quando entrei para a carruagem pareceu-me avistar ao longe, vindo de Lisboa, um ónibus, talvez uma sege. Se me não iludi, a pessoa ou pessoas que vinham no trem a que me refiro terão visto os nossos cavalos, um dos quais é ruço e o outro castanho, e poderão talvez dar notícia da carruagem em que íamos e da pessoa que nos servia de cocheiro. O *coupé* era, como já disse, 155 verde e preto. Os estores, de mogno polido, tinham no alto quatro fendas estreitas e oblongas, dispostas em cruz.

Falta-me tempo para escrever o que ainda me resta por contar a horas de expedir ainda hoje esta carta pela posta interna.

160 Continuarei. Direi então, se o não suspeitou já, o motivo por que lhe oculto o meu nome e o nome do meu amigo.

II

Julho, 24 de 1870. — Acabo de ver a carta que lhe dirigi publicada integralmente por v. no lugar destinado ao folhetim do seu periódico. Em vista da colocação dada ao meu escrito 165 procurarei nas cartas que houver de lhe dirigir não ultrapassar os limites demarcados a esta secção do jornal.

Por esquecimento não datei a carta antecedente, ficando assim duvidoso qual o dia em que fomos surpreendidos na estrada de Sintra. Foi quarta-feira, 20 do corrente mês de julho.

144: partirmos,] partirmos [1870 a]

150: um ónibus,] ónibus ou [1870 a] [1870 b]

153: da carruagem] do trem [1870 b]

155: estores, de mogno polido,] estores eram de mogno polido e [1870 a] [1870 b]

156: em] em forma de [1870 a] [1870 b]

159-160: Continuarei. Direi [...] não suspeitou já, o motivo por que] Continuarei. Direi então, se o não adivinhou já, o motivo porque [1870 a] Continuarei, direi [...] não adivinhou [...] motivo porque [1870 b]

162: [A edição 1870 b apresenta a frase: (Vide a 1.ª carta no número anterior)]

169: quarta-feira,] quarta-feira [1870 b]